



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

CORDOVAL, Jean Carlos Almeida¹

Universidade Estadual de Mato Grosso do sul

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério²

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO

Este artigo objetiva debater a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade Educação a Distância (EaD) no Brasil com vistas a compreender as mudanças em curso e delinear os desafios que se colocam no contexto presente. Para tanto estabelece uma retomada histórica dessa articulação partindo da década de 1920, com a proposição de educação popular por meio do rádio, até o contexto presente, em que as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm sido utilizadas na EJA, tanto na educação privada como na pública. As fontes utilizadas são obras que analisam a EJA e a EaD além dos marcos legais da proposta no âmbito nacional. Toma-se por referência teórica produções sobre trabalho, trabalho docente e trabalho didático, formuladas no campo do materialismo histórico dialético. A análise revela que a EJA/EaD, suportada por dispositivos legais, tende a precarizar a formação dos estudantes na medida em que se fundamenta na sua autonomia e minimiza a atividade docente.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância; Trabalho; Trabalho Docente; Trabalho didático

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino cada vez mais presente na sociedade contemporânea. Entre os diversos segmentos educacionais em que essa modalidade está sendo utilizada, nota-se também, o ensino a distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esse estudo pretende explicar recortes históricos do surgimento da Educação a Distância no Brasil, assim como, os marcos legais que oficializaram sua implementação.

Diante desse contexto, pretende-se analisar o processo de transformação do trabalho docente, frente a essa modalidade de ensino, na contemporaneidade.

Para tanto, propõe-se o estudo de produções científicas que discorrem acerca dessa abordagem além de obras que teorizam sobre trabalho (MARX, 1980), organização do trabalho didático (ALVES, 2001) e trabalho docente (LANCILLOTTI, 2008), a fim de compreender os impactos das transformações materiais da sociedade sobre a EJA/EaD, indicar as mudanças em curso e delinear os desafios que se colocam no contexto presente.

Sendo assim, as questões norteadoras dessa análise são: Quais são os caminhos pelos quais a Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância vem passando, desde a década de 1920, até o momento presente? Dado o alto grau de objetivação do trabalho docente alcançado sobre as novas bases materiais, o que é passível de observação na EJA/EaD? Essa proposta permite que haja um repensar, uma mudança de postura frente aos desafios apresentados, com a desconstrução de um ensino que sirva apenas para instrumentalizar o educando para o mercado de trabalho?

EJA EaD NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Para compreender o atual contexto da EJA EaD, se faz necessário analisar brevemente o percurso histórico da Educação a Distância no Brasil. As primeiras experiências com essa modalidade de ensino surgiram no início do século XX, com a necessidade de formar o trabalhador para a ocupação industrial.

[...] o movimento em favor da educação popular através da rádio, iniciado nos anos 20. [...] em 1928 era prevista a criação de uma rádio-escola municipal. Entretanto, somente em 1934, por iniciativa de Roquete Pinto, a rádio-educação foi levada à prática. Embora o rádio tivesse surgido no Brasil com finalidades educativas, sob influência do clima de ‘entusiasmo pela educação’, somente em 1934 teve início o contato emissora-ouvinte, através da distribuição de folhetos e esquema das lições enviadas pelo correio às pessoas inscritas; estas mantinham contato com a emissora por meio de cartas, visitas ou telefone, sendo a avaliação do rendimento realizada através de trabalhos periodicamente enviados pelos inscritos à emissora. Pela primeira vez aparece a preocupação com uma metodologia e uma didática adequadas ao rádio. (PAIVA, 1987, p. 119-120).

Nesse contexto, a Educação a Distância surgiu, por meio de uma cadeia radiofônica brasileira para transmissão educativa, como uma alternativa para atender

uma demanda de trabalhadores do meio rural, possibilitando aos mesmos uma formação sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos.

Ainda no bojo desse movimento, o Brasil obteve outras experiências com a EaD, sobre as quais Costa destaca:

Em 1939, o Brasil obteve experiências bem sucedidas com a fundação do Instituto Radio Técnico Monitor e o Instituto Universal Brasileiro que proporcionavam sistematicamente à sociedade, cursos profissionalizantes por correspondência. A partir da década de 70, cursos supletivos à distância começaram a ser oferecidos por algumas fundações e organizações não-governamentais, um forte exemplo é o Telecurso, um programa de educação supletiva a distância para 1º e 2º grau, implantado pela Fundação Roberto Marinho, que se utilizava das tecnologias de teleducação, satélite e materiais impresso e que também disponibilizava salas para seus alunos em todo o país. (COSTA, 2011, p. 53).

Ressalta-se que outras experiências com a EaD no Brasil foram concebidas a partir da inserção da televisão na década de 1950, possibilitando a utilização desse novo recurso também para fins educacionais, como por exemplo, as televisões educativas que surgiram nas décadas de 1960 e 1970. Nessa perspectiva, destaca-se a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCTV) em 1979, programa de televisão utilizado no projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Diversos movimentos marcaram a trajetória da Educação a Distância no Brasil ensejando o fomento de políticas que regulamentasse sua implementação como uma modalidade de ensino. Desse modo, surgiu oficialmente, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394, que estabelece em seu artigo 80:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de

radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;
II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Segundo a Lei supracitada, nota-se o descrito no inciso II do parágrafo 3º do artigo 87, que versa sobre a responsabilidade de cada município, estado e a união proverem cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

Posterior a instauração da LDBEN 9.394, de 1996, prescrevem-se outros marcos regulatórios que nortearam a oferta da Educação a Distância no Brasil, bem como sua operacionalização nos sistemas de ensino, especialmente no que tange a Educação de Jovens e Adultos, tais como o Decreto n. 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, o Decreto 2.561 de 27 de abril de 1998 e a Portaria do Ministério da Educação e do Desporto n. 301 de 07 de abril de 1998.

Ainda no que concerne as legislações sobre a EaD, foram criados o Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005 com o intuito de consolidar a regulamentação dessa modalidade de ensino e o Decreto 6.303 de 12 de dezembro de 2007 para atualizar algumas tratativas apontadas no decreto anterior.

Percebe-se então, que a Educação a Distância passa a ser encarada como uma proposta de tamanha relevância no cenário nacional, principalmente pela possibilidade de disseminar o conhecimento e oportunidades de aprendizado em tempos e lugares diversos, sendo também adotada como uma estratégia pelo governo brasileiro para enfrentar os “déficits educativos e as desigualdades regionais”, conforme Brasil (2001).

No entanto, a Educação a Distância continuaria sendo pauta de discussões entre as diversas instâncias responsáveis por tratar das especificidades dessa recente modalidade de ensino no Brasil, em especial, na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Brasil (2010):

A relação entre EJA e EAD, no afã de regulamentar o art. 80 da LDB, já havia sido objeto do Decreto nº 2.494/98 e do Decreto nº 2.561/98, e de sua revogação surgiu o Decreto nº 5.622/2005. [...] Seja pela funcionalidade representada como produto, seja por um domínio operacional técnico (processo) complexo, seja pela metodologia própria desse sistema, a EJA/EAD deve ser tratada com o maior cuidado. **Ela pode perder credibilidade, seja por uma eventual mercantilização, seja por uma inépcia no âmbito processual.** Nesse sentido, os docentes devem ter uma formação específica que os torne

competentes no domínio operacional das novas tecnologias da informação e das comunicações e compromissados com as formas novas de interatividade pedagógica que a cultura virtual exige em geral e, de modo especial, com a Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2010, p. 18-19, grifo nosso).

Sobre os aspectos relativos à EJA EaD e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, com o emprego de uma nova metodologia que se utiliza de recursos tecnológicos e flexibilização espaço-temporal para aquisição do conhecimento, observa-se a necessidade de se contrapor ao processo de mercantilização e de desqualificação da educação.

Dessa perspectiva, considera-se importante analisar as transformações do trabalho docente na contemporaneidade frente às novas tecnologias e autonomia do estudante da Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância.

O PROCESSO DE TRABALHO DOCENTE NA EJA EaD

Considerou-se até aqui os caminhos percorridos pela Educação a Distância no Brasil até a sua regulamentação como modalidade de ensino, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No momento presente, a Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância está crescendo cada vez em decorrência das demandas de mercado, que exige novas habilidades e qualificação profissional. Nessa conjuntura, torna-se uma alternativa para atender às demandas educacionais urgentes, o que impõe uma reflexão acerca das políticas implementadas pelos órgãos reguladores e no seu compromisso em promover a democratização do conhecimento ao invés de sua mercantilização. Sobre a Política da Teleducação, em documento de 1992, o MEC considera:

A modernização do país passa necessariamente pela educação e esta precisa utilizar os outros recursos disponíveis para se fazer presente, como partícipe do processo de modernização e, sobretudo, promotora e indutora da sociedade do futuro. As necessidades presentes e os prognósticos referentes à sociedade de um futuro próximo, como a internacionalização da economia, exigem a rápida universalização dos conhecimentos científicos, sob pena de os países que não acompanham o ritmo deste movimento ficarem esquecidos no tempo, ampliando a distância e aumentando o atraso social (BRASIL, 1992, p. 6).

Observa-se nesse sentido, segundo Hermida e Bonfin (2006), que a “[...] educação ideologicamente (mascaradamente) tem como objetivo atender às necessidades do sistema capitalistas”, assegurando seus interesses e garantindo sua hegemonia. É nessa ótica que se pretende analisar as transformações do trabalho docente na EJA EaD, concernente a dinâmica da sociedade capitalista.

Para tanto, toma-se por referencia a categoria trabalho, desenvolvida no âmbito do marxismo. O trabalho é, segundo Marx (apud Lancillotti, 2008), *protoforma* da atividade humana, o meio pelo qual o homem se relaciona com a natureza com vistas a transformá-la e subordiná-la às suas necessidades.

De uma perspectiva histórica, se observa a mudança do trabalho nos diferentes modos de produção, sendo que, sob o capitalismo, a atividade humana, que visava primariamente o atendimento das necessidades imediatas do trabalhador, se converte em atividade abstrata, respondendo à necessidade do capital: a produção de mercadoria, essa, por sua vez, implica em valor de uso, na medida em que tem uma determinada qualidade, útil para a satisfação de necessidades humana, e em valor de troca, enquanto expressa uma quantidade, cambiável, de tal modo que um determinado valor de troca é permutável por outro equivalente.

O trabalho é uma categoria bastante complexa, assinala Marx que o trabalho é produtivo quando se presta à produção de mais valia para o capital e improdutivo, quando não tem esse objetivo imediato, de forma que aqueles docentes que desenvolvem suas atividades na esfera privada, gerando lucro para o proprietário da instituição de ensino, são produtivos, já os docentes que atuam na área estatal, são compreendidos como trabalhadores improdutivos na medida em que não trabalham diretamente para o capital.

Outro aspecto que interessa para a discussão proposta é o caráter imaterial da produção docente, a este respeito Marx (1980), aponta:

A produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de duas espécies:

1. Resulta em *mercadorias*, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no intervalo entre produção e consumo como *mercadorias vendáveis*, tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. [...]
2. **A produção é inseparável do ato de produzir**, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, **professores**, médicos, padres etc. também aí o modo de produção capitalista só se verifica

em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas. Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há um grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, se comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas. (p.403-404, grifos nossos).

Isso posto, compreende-se que na dinâmica capitalista a produção docente assume um caráter imaterial, pois o produto não se separa do ato de produção, de modo que o modo capitalista de produção só se estabelece de modo muito limitado

Com respeito ao atual contexto da sociedade capitalista, observa-se que a exploração do trabalho docente se ampliou enormemente, seja na esfera produtiva (privada) como na improdutiva (pública). Os recentes avanços tecnológicos corroboram com a tendência à transformação da própria natureza do trabalho docente, de produção imaterial em material, o que se evidencia dado o alto grau de objetivação do trabalho docente alcançado sobre as novas bases materiais, o que é passível de observação na EaD (LANCILLOTTI, 2008). Assim, sendo, como o fato repercute na EJA EaD?

Pois bem, primeiramente convém destacar que a noção de autonomia do aluno, na modalidade Educação a Distância, desenvolvida também na Educação de Jovens e Adultos, impacta fortemente o trabalho docente, haja vista que as atribuições que antes estavam a cargo do professor ficam agora submetidas ao plano individual do estudante.

Os alunos têm de desenvolver, se acostumar e até mesmo internalizar uma nova abordagem, porque têm que organizar a aprendizagem independentemente e tem que assumir para si muitas responsabilidades que antes eram dos professores. Têm que ser ativos não apenas ao executar as tarefas de aprender, mas também ao interpretar e refletir criticamente sobre o que estão fazendo quando aprendem. De outra forma não podem jamais melhorar a aprendizagem sem intervenção externa. Se não forem ativos nada acontecerá. Adultos que trabalham e que têm família podem prontamente assumir responsabilidades, mas **muitos vão achar difícil manter-se motivados para uma mudança** de tal natureza no comportamento da aprendizagem. (PETERS apud LANCILLOTTI, 2008, p. 285, grifo do autor)

Apesar dessa modalidade de ensino ter a vantagem de possibilitar o aprendizado em lugares e tempos diversos com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, cabe considerar o fato dos estudantes enfrentarem dificuldades para se adaptarem às novas exigências do ensino, como por exemplo, a motivação.

Somando-se a isso, a nova práxis de ensino-aprendizagem posta pela EaD provoca a criação de novas funções para as quais os professores que têm uma formação tradicional não estão preparados. Ademais, o trabalho docente sofre novas divisões de trabalho e, na medida em que ganha materialidade é possível fragmentá-lo ainda mais em parcelas de trabalhos simples distribuídas a inúmeros trabalhadores que se responsabilizam em executá-las.

Em relação às novas funções, incorporadas ao trabalho docente, menciona-se as funções técnicas integradas e coordenadas para resultarem na qualidade do produto final, como por exemplo, programação, edição, operação, designer, competindo aos docentes outras atribuições³.

Sob a lógica capitalista, muitos trabalhadores docentes reconhecem, na EaD, um aviltamento de seu fazer pedagógico pelo trabalho multifacetado e subdividido, pela carência de conteúdos socialmente relevantes que caracterizam as práticas mercantilistas, de aligeiramento e barateamento da educação, da suposta autonomia de aprendizagem do estudante⁴, bem como pela ausência da necessária mediação do professor em seu processo de formação.

Quanto a isso, cabe questionar: essa proposta permite que haja um repensar, uma mudança de postura frente aos desafios apresentados, com a desconstrução de um ensino que sirva apenas para instrumentalizar a pessoa para o mercado de trabalho?

Ainda que a Educação a Distância, possibilite um processo de aprendizagem mais autônomo, com a transferência de parcelas do processo para o próprio aluno, e que seja marcada pelo aprofundamento da divisão do trabalho docente, não se pode eximir o papel significativo do professor no processo de formação do estudante. Em última instância é a ele que cabe estabelecer a mediação entre o educando e o conhecimento culturalmente significativo. A partir dessa prerrogativa, segundo Lancillotti (2008, p. 301) sinaliza: “[...] é possível disputar sobre a mesma base tecnológica a proposição de uma educação enriquecedora, mais plena, e atinente com os interesses da grande maioria trabalhadora”.

Para tanto, compreende-se que tais proposições engendram uma educação que valorize o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e que se contraponha a

ratificação da hegemonia capitalista. Diante desse contexto, considera-se necessária a superação de práticas mercantilistas de aligeiramento do ensino, fundadas na plena autonomia de aprendizagem, que impossibilitam ao estudante atribuir sentido e significado complexo ao conhecimento adquirido, não indo além de uma formação elementar e instrumental. Propondo a construção de uma nova didática, Alves (2001) destaca:

Se algumas experiências educacionais contêm certos elementos que podem ajudar a fundar a didática de nosso tempo e se essa tarefa já se faz tardia, os órgãos e estabelecimentos educacionais que tenham tal clareza podem conceber todo o seu desenvolvimento a partir das determinações que emanam dessa nova forma de conceber o trabalho didático. Aceitar esse desafio implica o direcionamento da montagem de cursos segundo não somente as características já referidas; implica o restabelecimento, para o aluno e para o professor, da possibilidade de acesso ao conhecimento culturalmente significativo, haurido agora por meio de recursos como os meios de comunicação de massa e a internet e da recuperação de livros e outras modalidades de obras clássicas. Aceitar esse desafio implica, ainda, mudar radicalmente a natureza da relação professor-aluno, não só para subtrair do mestre a função quase exclusiva de transmissão do conhecimento, mas para valorizar as funções docentes de programação, de direção e de avaliação das atividades discentes. Também aos estudantes seria assegurada autonomia na realização de suas atividades, individualmente ou em pequenos grupos, junto a um terminal de computador, na biblioteca, na sala de multimeios e na sala de estudos. Os encontros com os professores não se resumiram às aulas, ganhamos formas mais diversificadas, desde as sessões coletivas, devotadas à programação de atividades, às sistematizações parciais e finais de conteúdo e a avaliações, até as sessões de esclarecimento, com atendimento individual ou a pequenos grupos, quando se fizerem necessárias. Fora esses encontros, não só os alunos estariam liberados para o exercício de atividades curriculares autônomas, pois também os professores disporiam de mais tempo para o estudo, para a pesquisa e para o planejamento didático. (ALVES, 2001, p. 246-247).

Haja vista as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos, principalmente no que tange a heterogeneidade do público atendido e sua diferença etária, é de suma importância rechaçar quaisquer paradigmas que possam estigmatizar o trabalho docente como sendo basicamente o de transmissão do conhecimento.

Em um vasto horizonte de informações e conhecimentos a que o estudante possa ter acesso, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação, torna-se provável que o mesmo se perca diante de muitas leituras e diversas fontes de pesquisas antagônicas.

De volta a Alves (2001), compreende-se a importância da mediação do trabalho

docente com a proposição de itinerários formativos e sistematização de estudos. Com a elucidação de dúvidas, desenvolvimento de atividades individuais e coletivas sob a coordenação do professor, debates e avaliação do estudante, será possível superar o sincretismo. Entende-se que a atividade docente é imprescindível para que o estudante seja alçado a um nível de conhecimento mais elaborado, sendo capaz de compreender criticamente sua realidade de vida, tanto em plano singular como universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise apresentada nesse artigo constatou-se que a Educação a Distância está cada vez mais presente no processo educacional, sendo mediado com a utilização das tecnologias da informação e comunicação. No Brasil a Educação a Distância surgiu no início do século XX, com a necessidade de formar o trabalhador para a ocupação industrial, bem como uma alternativa para atender uma demanda de trabalhadores do meio rural, possibilitando aos mesmos uma formação sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos.

Sobre a Educação a Distância, observou-se ainda nesse estudo, os diversos movimentos ocorridos no cenário brasileiro que culminaram na necessidade de normatizar essa modalidade de ensino e utilizá-la como estratégia para enfrentar os déficits educativos e as desigualdades regionais no Brasil, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, com a flexibilização espaço-temporal.

Nesse contexto, analisou-se o processo do trabalho docente e sua transformação com o advento dessa nova metodologia, bem como a necessidade de se contrapor a mercantilização do ensino e a falsa autonomia da aprendizagem. Percebeu-se ainda, que sob a perspectiva da sociedade contemporânea, o trabalho docente que é de natureza imaterial, assume tendencialmente um caráter material e, mesmo quando improdutivo é explorado pelo capital, na medida em que é base para a formação de trabalhadores produtivos para o mercado.

Todavia, apesar dos desafios gerados com a implementação da EJA EaD, constatou-se a possibilidade de desenvolver uma educação mais enriquecida com o uso dos novos recursos, desde que se possa assegurar o papel significativo do professor no processo de formação do estudante no sentido de superar a tendência ao aligeiramento e fragmentação do conhecimento.

Para tanto, faz-se necessário proporcionar ao estudante um amplo conhecimento

por meio da pesquisa educativa articulada em diversas fontes, incluindo textos clássicos, um ensino culturalmente significativo e a realização de práticas educativas que corroboram para o seu aprendizado.

Por conseguinte ao exposto, evidencia-se que esse estudo não se propôs em questionar as potencialidades da EJA EaD, pois admite-se que essa é uma modalidade em ascensão no Brasil e que ainda há muitos desafios a serem superados. Entretanto, para que essa modalidade de ensino não se torne excludente ao favorecer um grupo minoritário de pessoas, é necessário que sejam implementadas políticas públicas de Estado e não de governo e que possibilitem, de fato, o atendimento dessa demanda por meio da democratização do conhecimento, da autonomia e consciência crítica do estudante em detrimento da perspectiva instrumental e conservadora que marca a formação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campinas: Autores Associados, Campo Grande: UFMS, 2001.
- BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria Nacional de Educação Básica. Educação à Distância: integração nacional pela qualidade do ensino**. Brasília: 1992.
- _____. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 03/2010. Parecer CNE/CEB n. 6/2010. **Diário Oficial da União**. Brasília. 9 de junho de 2010.
- COSTA, Thalita Neves Veloso. **Anuário da produção acadêmica - Um breve panorama da Educação a Distância no Brasil**, Universidade Anhanguera – Uniderp – Centro de Educação a Distância, v. 05, n.13, p. 51-59. 2011.
- HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Claudia Ramos de Souza. A Educação a Distância: História, Concepções e Perspectivas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 166-181, ago. 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf>. Acesso em: 14 de abril 2018.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **A construção histórica do processo de trabalho docente**. Campinas, 2008. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. v. I. São Paulo: Difel, 1980.

PAIVA, Pereira Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

² Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

³ Além destas funções de produção de cursos e materiais, temos que considerar as tarefas de administração, planejamento e organização do processo como um todo – do planejamento inicial à distribuição de materiais e à avaliação do desempenho do estudante. Com todas essas funções de ensino, nossa lista cobre apenas a produção e distribuição de cursos e materiais, e a ela devemos acrescentar as funções de acompanhamento do processo de aprendizagem: tutoria, aconselhamento, monitoria de centros de apoio e de recursos, atividades relacionadas à avaliação (preparação e correção de materiais de avaliação formativa e somativa). Considerando que de modo geral os sistemas EaD lidam com grande número estudantes, fica clara a necessidade de um processo de trabalho cotidiano do professor no ensino presencial, só que organizadas de forma artesanal e intuitiva e trabalhando com grupos reduzidos de alunos. (BELLONI, 2003, p. 81)

⁴ Não se nega que há estudantes com suficiente autonomia para se beneficiarem dessa modalidade de ensino, entretanto considera-se que o pressuposto da autonomia do estudante, pela sua condição de jovem/adulto, é passível de crítica, na medida em que reduz a um mínimo a interlocução com o professor, que tem o domínio do conhecimento sistematizado, e que, por isso mesmo, está em posição de mediar esse acesso para ao educando.